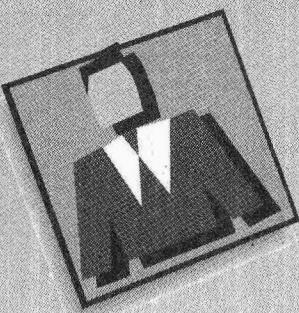


ENTENDA O PACOTE



SERVIDORES

1 Quando sai o decreto com os critérios da demissão dos servidores não-estáveis?

O Ministério da Administração e Reforma do Estado (Mare) está estudando os critérios a serem usados na seleção de quem vai ser demitido. Eles só devem ser publicados no *Diário Oficial da União* na sexta-feira da semana que vem. As demissões devem começar dentro de dois meses.

2 Quem entrou no serviço público, sem concurso, em janeiro de 1983, pode ser demitido?

Não. São não-estáveis os funcionários que entraram sem concurso entre 5 de outubro de 1983 e 5 de outubro de 1988, quando foi promulgada a atual Constituição.

3 Qual o perfil dos 33 mil servidores que serão demitidos?

Primeiro, eles precisam ser não-estáveis. A secretária-executiva do Mare, Cláudia Costin, afirma que estão na mira os funcionários não-estáveis, ocupantes de cargos da atividade meio — funções de suporte administrativo. O Mare não vai demitir funcionários que prestam serviços à população, especialmente nas áreas sociais — saúde, educação, assistência social e reforma agrária.

4 O que são funções de suporte administrativo, os alvos da demissão?

Na prática, o governo chama esses cargos de burocráticos e que não implicam atendimento ao público. São cargos ocupados por pessoas que trabalham nos ministérios atendendo os coordenadores de área, diretores, secretários e ministros em funções burocráticas, que não tomam decisões, nem preparam estudos para que elas sejam tomadas. É claro que nem todos serão demitidos. Serão 33 mil de um total de 55 mil, pois alguém terá que garantir o suporte administrativo. Os agentes administrativos, por exemplo, são alvos da demissão. Segundo estimativas do Mare há excesso desse tipo de funcionário. Porém, a regra tem exceção. Os agentes administrativos do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) que trabalham no atendimento ao público não serão demitidos.

5 Quando começa a vigorar o corte das horas extras?

O corte do pagamento das horas extras para funcionários que recebem comissão nos poderes Legislativo e Judiciário começou a vigorar quarta-feira. No Poder Executivo, essa medida já estava em vigor.

6 Quem é aposentado tem que se apresentar para recadastramento?

Todo servidor público federal aposentado precisa se recadastrar, mas 144 mil aposentados e pensionistas ainda não cumpriram essa exigência do governo. A retirada da folha de pagamento dessas 144 mil pessoas já foi determinada por uma portaria do Mare, caso não se recadastrem logo.

7 E quem se aposentou por tempo integral de serviço?

Também tem que se recadastrar para evitar problemas no recebimento do benefício.

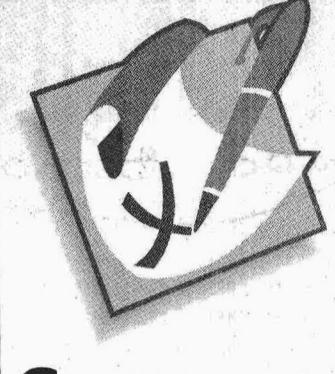
8 Até quando vai o prazo do recadastramento?

Quem se recadastrar até o dia 18 de dezembro, receberá o benefício pago em janeiro normalmente, sem atraso. Quem fizer o recadastramento depois desse dia, receberá o pagamento em folha suplementar, com atraso. Quem não se recadastrar, deixará de receber o benefício.

9 O que é preciso para o recadastramento?

A pessoa deve comparecer imediatamente ao departamento

de recursos humanos do órgão em que trabalha para não ter o pagamento do benefício suspenso. Para atualizar os dados é preciso apresentar o contracheque (comprovante de pagamento do benefício) do último mês recebido, carteira de identidade, Cadastro de Pessoa Física (CPF) e comprovante de conta corrente individual para recebimento do benefício. Os aposentados e pensionistas que, por motivo de saúde (molestia grave ou impossibilidade de locomoção), não puderem comparecer, podem recorrer a um procurador. A procuração deverá ser acompanhada de um laudo médico, que será verificado por junta de especialistas.



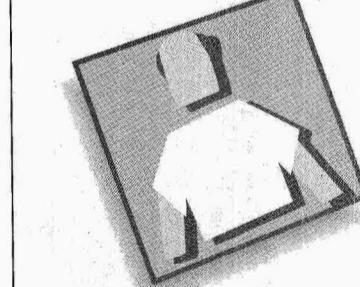
CONCURSOS PÚBLICOS

1 Vou poder fazer os concursos públicos previstos para o ano que vem ou eles serão cancelados?

As contratações já previstas por meio de concursos futuros (auditor fiscal, técnico do Tesouro Nacional, gestor de finanças públicas, fiscal do INSS e outros) nos anos de 1998, 1999 e 2000 não serão cortadas. Esses concursos, com as respectivas contratações, estão de acordo com a meta do governo de preencher apenas uma em cada três vagas abertas na administração pública federal pela aposentadoria, morte ou pedido de demissão de funcionários em 1998. Além disso, os concursos já anunciados estão em áreas consideradas estratégicas pelo governo, como arrecadação de impostos, gestão e controle dos gastos públicos.

2 As pessoas que têm direito a nomeação por concurso público e estão em processo de admissão terão suas contratações inviabilizadas?

Não. O governo vai nomear todas essas pessoas nos próximos meses, à medida que completem o período de treinamento com êxito.



APOSENTADOS

1 O funcionário público que pediu aposentadoria proporcional no dia 10 de novembro ou em outubro será atingido pelo pacote?

Não. Nenhum funcionário público será atingido, tenha ele feito esse pedido ou não, informam os ministérios da Administração e Previdência Social. A medida referente à aposentadoria proporcional só vale para a iniciativa privada. Houve confusão, porque segunda-feira o governo divulgou essa medida em um bloco que continha várias outras referentes aos servidores públicos. Na entrevista coletiva estavam apenas ministros e secretários dos ministérios do Planejamento e Fazenda. Ninguém dos ministérios da Administração ou Previdência Social foi convocado, o que facilitou a falta de esclarecimentos. Naquela segunda-feira, por exemplo, 32 analistas do Banco Central no Rio de Janeiro decidiram deixar o emprego assustados com o que o governo chamou de "revisão do critério de concessão da aposentadoria por tempo proporcional".

2 A medida sobre a aposentadoria proporcional é constitucional? Não seria necessária uma emenda?

A pessoa deve comparecer imediatamente ao departamento

constitucional?

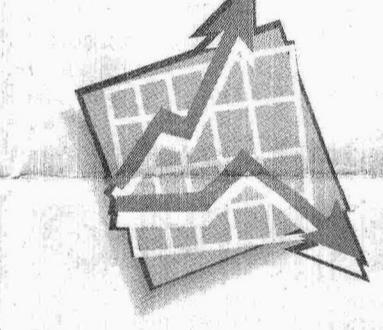
A medida é constitucional, segundo o ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes. Ela não modifica nada na Constituição, mas acrescenta uma regra para que o pedido de aposentadoria proporcional seja aceito. Legalmente é o que se chama de legislação infra-constitucional. Assim, não é preciso, segundo o ministro, uma emenda constitucional.

3 O trabalhador da iniciativa privada que já deu entrada no pedido da aposentadoria proporcional será atingido?

Quem deu entrada antes de quarta-feira, data de publicação da medida no *Diário Oficial da União*, não está sujeito às novas regras.

4 Qual é a nova regra?

O trabalhador da iniciativa privada só poderá pedir aposentadoria proporcional por meio de um pedido de demissão aceito pela empresa onde está empregado. Ele só poderá continuar trabalhando após assinar novo contrato de trabalho. Hoje, muitos trabalhadores pedem a aposentadoria proporcional cinco anos antes da completarem o período integral e continuam trabalhando na empresa. É uma forma de faturarem mais dinheiro. O governo acredita que com a necessidade de apresentarem o pedido de demissão, os trabalhadores não serão incentivados a se aposentarem. Assim, a Previdência só gastaria verbas com seus benefícios cinco anos depois.



CONJUNTURA

1 Os juros do cartão de crédito vão aumentar?

O pacote anunculado segunda-feira não afeta os juros, mas é bom lembrar que eles praticamente dobraram no início desse mês, porque o Banco Central elevou a Taxa Básica (TBC). Vale lembrar que o governo voltou atrás na decisão de permitir que as lojas diferenciem o preço à vista daquele que é pago com cartão de crédito.

2 O pacote muda alguma coisa na caderneta de poupança?

Não. O que alterou o rendimento da poupança foi a mudança na taxa de juros promovida pelo Banco Central no dia 30 de outubro. A TR, que serve de base para os rendimentos da caderneta, subiu. Na quarta-feira, por exemplo, grandes especuladores aplicaram muito dinheiro na poupança, de olho em um rendimento que, para aquele dia, deve ser de 2,19% ao mês.

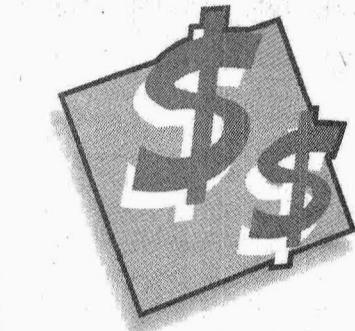
3 Por que a queda nas bolsas da Ásia acaba gerando aumento nos preços e impostos no Brasil?

Para entender por que a crise na Ásia tem efeitos no Brasil é preciso lembrar que os investidores internacionais — que aplicam em ações negociadas nas bolsas de valores, por exemplo — têm medo de que a desvalorização que aconteceu com algumas moedas dos países do sudeste asiático possa acontecer com o real. Nesse caso, eles preferem não ter aplicações em reais, porque se a moeda brasileira for desvalorizada, o dinheiro deles passará a valer menos, em dólares, da noite para o dia. Como o medo ou a vontade de especular aumentou muito no final de outubro, eles começaram a tirar o dinheiro do Brasil para ganhar menos lá fora, mas com tranquilidade. Uma das coisas que amedronta os investidores é a saúde das contas públicas do país. Quando uma nação não consegue pagar o que gasta, ela está emitindo um sinal ruim. Quando nós gastamos mais do que ganhamos, acendemos logo a luz vermelha do endividamento. É o caso do Brasil. Para não continuar emitindo esse sinal e não perder mais aplicações

estrangeiras, o governo tomou duas medidas.

Primeiro, elevou as taxas de juros (o rendimento da poupança, por exemplo) para que os investidores coloquem dinheiro nas aplicações financeiras. Depois, mostrou que está disposto a eliminar aquele sinal ruim, cortando gastos e aumentando as receitas. As receitas estão sendo aumentadas com a elevação do IPI sobre os carros e do Imposto de Renda sobre as pessoas físicas, por exemplo. E também por meio do reajuste dos preços dos combustíveis, pois aumentando-os o governo deixa de gastar R\$ 1,16 bilhão por ano com subsídios ao álcool e derivados do petróleo.

Quem passa a pagar é o consumidor dos combustíveis. No total, o corte de gastos e o aumento das receitas vão gerar uma sobra de até R\$ 20 bilhões em 1998 para o governo equilibrar suas contas.



IMPOSTO DE RENDA

1 A mudança do Imposto de Renda vai passar pelo Congresso?

Sim, por meio de medida provisória (MP). Se ela não for votada, tem validade automática por meio de reedições mensais do governo. De acordo com a Constituição Federal, uma MP tem poder de lei.

2 A medida que aumenta o Imposto de Renda será implantada na declaração que será feita 1998 ou 1999? Como é medida dos 20%?

A declaração de 1998, ano base 1997, que será preenchida ano que vem, não foi mudada pelo pacote. As declarações afetadas serão as de 1999, ano base 1998; e 2000 ano base 1999. Quem faz a declaração completa do IR e abate despesas com educação, saúde, donativos e outras em valor total superior a 20% ao imposto devido sairá perdendo. Tudo, porque o "Leão" limitou o abatimento em 20% do imposto devido, tanto na declaração completa, quanto na simplificada, onde já valia esse teto. Um exemplo: quem tem imposto devido de R\$ 2.000, pode abater tudo o que é permitido atualmente, sem limites. Suponhamos que o abatimento atual, com despesas comprovadas, chegue a R\$ 1.000. Esse contribuinte pagaria, portanto, R\$ 1.000 (2.000 menos 1.000). Mas, pela nova regra, o teto de abatimento passa a ser 20% de 2.000, ou seja R\$ 400. Nesse caso, o contribuinte pagaria R\$ 1.600 (2.000 menos 400) de imposto. São R\$ 600 (1.000 menos 400) a mais.

3 Qual é o aumento do imposto de renda que me atingirá em 1998?

A porcentagem adicional de 10% sobre o imposto devido já será cobrada no Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) no contracheque de janeiro de 1998 — que será entregue no final desse mês ou no início de fevereiro. Para você saber qual será a perda, multiplique o que é pago hoje por 1,1 — cálculo equivalente à elevação de 10%. Quem paga R\$ 100 hoje, por exemplo, passará a gastar R\$ 110.

4 A mensalidade escolar vai subir?

Vai, mas o pacote de medidas anunculado segunda-feira não é o único motivo. As escolas que tinham isenção de alguns impostos não terão mais a partir do próximo ano. Elas vão repassar esse custo para a mensalidades, reajustando o seu valor. O motivo principal do aumento, entretanto, serão as majorações de custos ocorridas ao longo desse ano (limpeza, luz, água, gás) e os reajustes salariais dos professores e demais trabalhadores de escolas previstos para 1998. Novembro e dezembro são meses nos quais acontecem os anúncios dos preços das mensalidades do ano que vem.

5 Qual vai ser o percentual do aumento das mensalidades escolares e das faculdades nos meses de novembro e dezembro?

É impossível definir esse percentual. O reajuste não acontece mais de acordo com a variação da inflação, mas sim segundo o aumento de custos das escolas, conforme prevê medida provisória que trata do assunto.

6 Quais aumentos de tarifas públicas já estão definidos e quando entram em vigor?

Os aumentos nos preços da gasolina e óleo diesel entram em vigor amanhã. E na segunda-feira, o botijão de 13 quilos de gás de cozinha custará mais caro. No Distrito Federal, já está definido o novo preço do gás de cozinha, que é de R\$ 8,01 (hoje é de R\$ 7,70) na distribuidora; e o valor do litro do óleo diesel comum, que é de R\$ 0,433, passa para R\$ 0,443. Os preços dos litros do álcool e da gasolina subirão até 6,3%, mas seus valores ainda não foram divulgados.

7 Quando começa a vigorar o aumento do IPI e dos preços dos carros?

Os preços dos carros vão aumentar segunda-feira, quando começa a vigorar o aumento de cinco pontos percentuais do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Os veículos populares da Fiat e da Volkswagen, por exemplo, terão seus preços reajustados em 5,2% e 5,3% respectivamente.

PREÇOS

1 Pretendo fazer um financiamento pela Caixa Econômica Federal para comprar um imóvel. Com as novas medidas,

esse tipo de empréstimo é arriscado?

O pacote anunculado segunda-feira não mudou nada. Porém, o recente aumento das taxas de juros, promovido pelo Banco Central, elevou o custo de vários empréstimos, tornando as prestações mais caras do que eram em outubro. Na compra de imóveis, a correção da prestação e do saldo devedor pela Taxa Referencial (TR) atual é muito alta em relação à inflação, podendo tornar o seu valor muito elevado. Porém, isso é algo que depende da renda do comprador. A TR está em torno de 2% ao mês, equivalendo a pelo menos quatro vezes a inflação mensal.

2 O que acontece com as compras feitas por meio de Leasing, com prestações vinculadas ao dólar?

Elas continuam com o valor em dólar no carnê, com pagamento em reais de acordo com a cotação diária. Não há mudanças no valor das prestações registrados em dólar. Se houver, recorra ao Procon ou a um advogado especializado em defesa do consumidor.

3 O preço médio dos carros usados vai aumentar?

Segundo avaliação de alguns vendedores especializados, isso pode acontecer, mas ainda é cedo para dar uma resposta definitiva. Os preços dos usados costumam acompanhar parcialmente o aumento aplicado aos carros novos, que tiveram seus preços reajustados em 5,2% em média. Como esse reajuste só começou a vigorar ontem, ainda é cedo para saber seus efeitos, pois as concessionárias têm veículos novos estocados e podem fazer promoções e até baixar os juros das compras a prazo. O aumento de preço dos usados não é uniforme, como mostra toda quinta o caderno de Veículos do *Correio Brasiliense*. Alguns preços até baixam. É algo que depende do modelo de cada veículo, ano em que foi fabricado e outros itens.

4 A mensalidade escolar vai subir?

Vai, mas o pacote de medidas anunculado segunda-feira não é o único motivo. As escolas que tinham isenção de alguns impostos não terão mais a partir do próximo ano. Elas vão repassar esse custo para a mensalidades, reajustando o seu valor. O motivo principal do aumento, entretanto, serão as majorações de custos ocorridos ao longo desse ano (limpeza, luz, água, gás) e os reajustes salariais dos professores e demais trabalhadores de escolas previstos para 1998.

Novembro e dezembro são meses nos quais acontecem os anúncios dos preços das mensalidades do ano que vem.

5 Qual vai ser o percentual do aumento das mensalidades escolares e das faculdades nos meses de novembro e dezembro?

É impossível definir esse percentual. O reajuste não acontece mais de acordo com a variação da inflação, mas sim segundo o aumento de custos das escolas, conforme prevê medida provisória que trata do assunto.

6 Quais aumentos de tarifas públicas já estão definidos e quando entram em vigor?

Os aumentos nos preços da gasolina e óleo diesel entram em vigor amanhã. E na segunda-feira, o botijão de 13 quilos de gás de cozinha custará mais caro. No Distrito Federal, já está definido o novo preço do gás de cozinha, que é de R\$ 8,01 (hoje é de R\$ 7,70) na distribuidora; e o valor do litro do óleo diesel comum, que é de R\$